

Relatório de Gerenciamento de Riscos Pilar 3



1º Trimestre de 2020

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

1. INTRODUÇÃO	3
2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORTIVA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	4
3. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	5
4. DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS	6
5. TESTE DE ESTRESSE	7
6. ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	8
6.1 RISCO DE CRÉDITO	8
6.2 RISCO DE TAXA DE JUROS	10
6.3 RISCO DE LIQUIDEZ	11
6.4 RISCO OPERACIONAL	12
6.5 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS	15
6.6 GERENCIAMENTO DE CAPITAL	15
7. REQUERIMENTOS DE CAPITAL VIGENTES E HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO	17
8. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	18
9. VISÃO GERAL DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO	20
10. INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE O IRRBB	21
11. REQUERIMENTOS PRUDENCIAIS	22
11.1 ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP)	22
11.2 ÍNDICE DE BASILEIA	22
12. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO	23
13. INFORMAÇÕES SOBRE O GERENCIAMENTO DE RISCOS DAS EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO	27
14. POLITICA DE REMUNERAÇÃO	28
15. ANEXOS	29

1. INTRODUÇÃO

A Circular nº 3.930/19 do Banco Central do Brasil (BACEN) estabeleceu os critérios a serem observados sobre a divulgação de informações referentes ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital, Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e Patrimônio de Referência (PR), indicadores de liquidez, e remuneração dos administradores.

O objetivo deste relatório é divulgar a estrutura de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial, que conforme definido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.280/13, inclui Banco Volkswagen S.A., a Instituição Líder (Instituição), Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. (CNVW), e Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC), apresentando suas práticas de gestão e políticas elaboradas com base em regulamentação vigente e práticas de mercado, bem como as informações relativas a capital.

As informações contidas neste relatório são de responsabilidade do Diretor indicado nos termos do art. 14 da Resolução CMN 4.193/13 e do art. 56-A da Resolução CMN 4.557/17.

2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

A estrutura de governança corporativa de gerenciamento de riscos e capital é constituída por Comitês que subsidiam a Alta Administração na tomada de decisões.

Em atendimento à Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, a Instituição constituiu o Comitê de Riscos, cujas principais atribuições são: (i) assessorar e propor, com periodicidade mínima anual, recomendações à Diretoria sobre níveis de apetite de risco (RAS) e sobre políticas, estratégias e limites de Gerenciamento de Riscos e de Capital; (ii) avaliar e monitorar aspectos voltados à RAS, aderência às políticas vigentes e exigências regulatórias, e resultados do programa de teste de estresse integrado; (iii) supervisionar a atuação e desempenho do *Chief Risk Office* (CRO).

O Comitê de Riscos é composto pela Diretoria e Superintendências de Finanças, TI e Assuntos Jurídicos & Compliance e Integridade. O prazo de mandato é indeterminado e o número máximo de integrantes é de 6 membros. É indelegável a função de membro deste Comitê.

3. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O Grupo definiu que a estrutura de Gerenciamento de Riscos está sob a responsabilidade da Diretoria de Risco e que a estrutura de Gerenciamento de Capital está sob a responsabilidade da Diretoria de *Back Office*.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

Diretoria de Back Office:

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Capital;
- Implementar as políticas de Gerenciamento de Capital e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão de Capital;
- Promover a cultura de gerenciamento de riscos e compliance, integridade & controles internos nas atividades regulares da Instituição;
- Ser o responsável pelas informações referentes ao gerenciamento de Capital.

Diretoria de Riscos:

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Riscos;
- Implementar as políticas de Gerenciamento Riscos e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários ao Gerenciamento de Riscos;
- Promover a cultura de gerenciamento de riscos nas atividades regulares da Instituição;
- Ser o responsável pelas informações referentes ao Gerenciamento de Risco.

Auditoria Interna:

A Auditoria Interna, no desempenho de suas atividades, avalia, dentre outras coisas, a adequação e a efetividade:

- Dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, considerando os riscos atuais e potenciais riscos futuros;
- Da observância ao arcabouço legal, à regulamentação infra legal, às recomendações dos organismos reguladores;
- Das políticas e das estratégias para o gerenciamento dos riscos de crédito, de mercado, operacional, de liquidez, socioambiental e demais riscos relevantes;
- Dos sistemas, das rotinas e dos procedimentos para o gerenciamento de riscos;
- Dos modelos para o gerenciamento de riscos, considerando as premissas, as metodologias utilizadas e o seu desempenho;
- Do capital mantido pela instituição para fazer face aos riscos a que está exposta, e;
- Do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

4. DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS

A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Banco Volkswagen S.A. (Instituição e Conglomerado Prudencial) é definida pelos tipos e níveis de riscos assumidos nas operações, a fim de cumprir os objetivos estratégicos, requisitos regulatórios e atingir os resultados esperados pelos acionistas, tanto em condições normais quanto em cenários adversos.

A Diretoria é responsável pela aprovação anual das diretrizes e limites de apetite de riscos, e é assessorada pelo Comitê de Riscos e pelo *Chief Risk Officer* (CRO), no desempenho de suas atribuições.

Modelo de Negócio e o Apetite por Riscos

A definição do apetite por riscos da Instituição é consistente com sua cultura de riscos e modelo de negócios, pautado pelo financiamento e arrendamento de veículos automotores desde as concessionárias das diversas marcas do Grupo Volkswagen no Brasil até seus clientes finais (pessoas físicas e jurídicas), com pequena participação adicional de operações crédito pessoal.

Alinhamento de objetivos estratégicos e o Apetite por Riscos

Os objetivos de apetite por riscos são validados anualmente dentro do processo de *Planning Round*, com horizonte de 5 anos e eventual atualização nos processos de Budget, de modo a garantir perspectiva de longo prazo e alinhamento estratégico dentro do Grupo Volkswagen Financial Services.

5. TESTE DE ESTRESSE

Conforme resolução 4.557/17 do CMN, o teste de estresse é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governanças próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição ao qual se aplica.

O teste de estresse visa demonstrar os efeitos decorrentes de variações significativas nos parâmetros relevantes, definidos no capital e na liquidez da instituição, bem como utilizar os resultados nas decisões estratégicas, na revisão dos níveis de apetite por riscos e na elaboração de novos planos de contingência e adequação dos níveis de capital e liquidez.

A metodologia utilizada na realização do teste de estresse é a análise de sensibilidade, com o objetivo de avaliar vulnerabilidades no aspecto estratégico e nos limites de apetite a risco da Instituição, considerando os seguintes riscos: Crédito, Liquidez, Taxa de Juros e Operacional.

Os cenários são elaborados pelas áreas responsáveis e discutidos entre o grupo envolvido, com posterior apresentação, em conjunto com os resultados obtidos, para a validação e aprovação da Diretoria Executiva, servindo de insumo para identificação, mensuração, avaliação e mitigação dos riscos da Instituição.

6. ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A Instituição considera o gerenciamento de riscos fundamental para a tomada de decisão, proporcionando maior confiabilidade, otimização da relação risco e retorno e melhor alocação de capital.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital.

Apresenta-se abaixo as estruturas, as estratégias e as ferramentas para o Gerenciamento de Riscos, bem como para o Gerenciamento de Capital.

6.1 RISCO DE CRÉDITO

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, bem como a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador. Este risco está relacionado a fatores externos à empresa e podem prejudicar o pagamento do crédito concedido.

O Risco de Crédito varia de acordo com: perfil dos clientes, produtos e serviços oferecidos, valor solicitado e instituição que concede o crédito.

Visando atender aos objetivos estratégicos e à adequada gestão de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito da Instituição está alinhada às orientações da Matriz Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e do BACEN.

Dessa forma, a Instituição implantou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

A) Papéis e Responsabilidades

Gerenciamento de Riscos – Risco de Crédito:

- Aprimoramento, aferição e elaboração de inventários de seus modelos para crédito e cobrança;
- Monitoramento do desempenho do portfólio de crédito;
- Definição das políticas de crédito e cobrança alinhadas ao apetite de risco da Instituição;
- Monitoramento das concentrações de inadimplência e perdas;
- Fechamento e análise das provisões para devedores duvidosos;
- Identificação de novos componentes que representem riscos de crédito.

A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do risco de crédito atua por meio de normativos e metodologias condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Instituição.

B) Normativas

Conjunto de políticas e normas internas voltadas à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de crédito. Todo esse conjunto é submetido à Diretoria, que tem por objetivo aprovar e revisar as estratégias e políticas do risco de crédito.

C) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- Modelagem analítica de *scoring* para concessão, gestão de crédito e cobrança;
- Modelos de *rating* de crédito;
- Monitoramento e validação dos modelos estatísticos;
- Apuração e cálculo do valor futuro dos riscos das carteiras – *forecast*;
- Processo para realização de testes de *stress*;
- Modelo de LGD (*Loss Given Default*);
- Monitoramento das garantias;
- Relatórios analíticos para o risco de crédito.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função da capacidade, necessidade e comportamento dos clientes, e devidamente aprovados conforme alçada estabelecida em política.

D) Políticas

As políticas definem os métodos para garantir o alinhamento entre as Normativas e a Metodologia com a estratégia e o apetite de risco da instituição abrangendo: classificação de risco (*score/rating*), alçadas de aprovação, aceitação de garantias, período das ações (réguas de cobrança), valores (acordos, propostas, renegociações de dívida, confissões de dívida), aplicáveis aos produtos do Grupo.

A política de rating dos clientes Corporate representa para a VW Serviços Financeiros do Brasil (Banco Volkswagen), uma parte essencial do processo de aprovação de crédito, gestão da empresa, gestão de riscos e alocação interna de capital.

A política de Classificação de Rating – Clientes Corporate é um instrumento para avaliar a capacidade de crédito dos clientes de forma padronizada e objetiva. Com base na classificação de rating, probabilidades de default são determinadas tornando mensuráveis os resultados qualitativos do Rating, com as garantias de uma exposição de crédito, uma “perda esperada” pode ser determinada, o que reflete no risco do relacionamento comercial com o cliente assim como na avaliação do portfólio de maneira quantitativa.

Estas políticas e as exceções devem ser monitoradas e ajustadas pelo departamento de Gerenciamento de Riscos para que a concessão de crédito e/ou a cobrança ocorra com a qualidade, segurança e nível de risco definidos pela Instituição. Alterações devem ser feitas também para adequá-las à realidade operacional e comercial do momento.

Responsabilidade:

É responsabilidade do departamento de Gerenciamento de Riscos tomar as seguintes providências para a implantação da política:

- Submeter a proposta da política definida ao Comitê de Riscos;
- Adaptar os parâmetros nos sistemas informatizados, quando aplicável;
- Providenciar as adequações das políticas nos procedimentos para posterior divulgação ao público interno;
- Manter toda a documentação utilizada no levantamento e aprovação das políticas, possibilitando futuras verificações e rastreamento das políticas vigentes em períodos anteriores;
- Monitorar permanentemente a aplicação das políticas (alçadas e processos) e resultados alcançados, bem como tomar ações visando o imediato ajuste, sempre que for considerado necessário;
- Desenvolvimento de modelos de Score/Rating para concessão de crédito;
- Validação periódica dos modelos de crédito;

- Monitorar o desempenho dos modelos de crédito, garantindo a devida segregação do perfil de risco dos novos contratos.

É responsabilidade do departamento de Crédito ao Varejo, Crédito *Corporate* e Cobrança:

- Avaliar os impactos das políticas em processos operacionais e sistemas informatizados. Havendo necessidade de ajustes em sistemas, sugerir ao departamento de Gerenciamento de Riscos as providências cabíveis e imediatas;
- Implantar as políticas junto ao pessoal envolvido na análise e concessão de crédito e cobrança (empregados dos departamentos, escritórios de advocacia, concessionárias, promotores de venda, etc.);
- Fornecer dados e subsídios para que o departamento de Gerenciamento de Riscos, avalie, desenvolva e busque aprovação da política na alta gerência.

6.2 RISCO DE TAXA DE JUROS

O Risco de Taxa de Juros é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros na estrutura de balanço para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB). Ressalta-se que a Instituição possui apenas operações classificadas nesta carteira.

Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitê específico.

A) Papéis e Responsabilidades

Gerenciamento de Riscos:

A área de Gerenciamento de Riscos é responsável pela coordenação do monitoramento prospectivo, contínuo e integrado do risco de taxa de juros, com o objetivo de mantê-lo dentro dos limites estabelecidos no apetite e na RAS, observando a importância sistêmica da instituição, a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços e das atividades e processos.

A mensuração e o controle do IRRBB utilizam metodologias amplamente aplicadas no mercado das instituições financeiras, incluindo abordagens de valor econômico (ΔEVE) e de resultado de intermediação financeira (ΔNII).

O Banco Volkswagen calcula seu nível mínimo requerido de Patrimônio de Referência para a cobertura do IRRBB utilizando o modelo-padrão definido pelas Circulares 3.876/18 e 3.938/19 do Banco Central.

B) Metodologias

Para fins de monitoramento e controle do risco de taxa de juros, são utilizadas as seguintes metodologias:

- **Economic Value of Equity:** Mede a variação no valor presente líquido dos ativos e passivos de uma instituição, de acordo com os choques de taxas de juros e os cenários de estresse;
- **Net Interest Income:** Medida de sensibilidade que simula os impactos das oscilações das taxas de juros na receita de intermediação financeira;
- **Teste de Estresse:** É o método que avalia o efeito de grandes variações simuladas em taxas de juros.

As métricas de ΔNII e ΔEVE são calculadas a partir dos cenários padronizados definidos pelo regulador e são monitoradas mensalmente.

C) Hedge das exposições ao IRRBB

Produtos de hedge devem ser utilizados única e exclusivamente para proteção da carteira. Além disso, estas operações são classificadas como Hedge Accounting, dessa forma sendo mantidas até o vencimento

6.3 RISCO DE LIQUIDEZ

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitês específicos.

E) Papéis e Responsabilidades

Gerenciamento de Riscos:

- Definir metodologias, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse);
- Calcular mensalmente o Colchão de Liquidez;
- Identificar os riscos inerentes à reformulação ou à criação de novas atividades e produtos, bem como analisar, previamente ao seu lançamento, a adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição;
- Acompanhar as alterações normativas;
- Monitorar a gestão de liquidez.

Back Office de Tesouraria:

- Registrar e controlar todas as transações realizadas nos sistemas eletrônicos, assegurando a veracidade, oportunidade e confiabilidade da informação;
- Verificar a integridade das operações realizadas pelo Front Office, seguindo o 'Princípio de Divisão Funcional', verificando a consistência de acordo com as condições de mercado;
- Reportar os casos em que sejam identificadas extrapolações em relação aos limites estabelecidos;
- Elaborar relatórios gerenciais com posições de Risco de Taxa de Juros e Liquidez a serem enviados aos departamentos envolvidos e a Alta Administração;
- Enviar periodicamente as informações regulatórias.

Tesouraria

- Assegurar a liquidez das empresas do Grupo;
- Realizar investimentos, captações e derivativos;
- Acompanhar linhas especiais de financiamento;
- Observar e cumprir os limites estabelecidos pelo departamento de Gerenciamento de Riscos para as contrapartes e os limites de alçadas;
- Verificar/Analisar os vencimentos das operações financeiras controladas (Fluxo de Caixa);
- Garantir o nível mínimo de caixa estabelecido e monitorado pelo departamento de Gerenciamento de Riscos.
- Gerenciar o Caixa;

- Gerenciar o casamento da carteira de ativos e passivos;
- Responsável pelo Plano de Contingência de Liquidez.

F) Normativas

Conjunto de políticas e manuais de processos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de taxa liquidez.

G) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- **Projeção do Fluxo de Caixa:** É a previsão de entradas e saídas de recursos por um determinado período, com o objetivo de garantir a solidez financeira da Instituição no curto, médio e longo prazo;
- **Colchão de Liquidez:** Formado pelos recursos em caixa que podem ser usados para pagamento das obrigações em momentos de redução da oferta de recursos ou aumento do custo de captação;
- **Teste de Estresse:** Técnica de avaliação da resposta de uma carteira de ativos ou obrigações em relação a variações extremas de liquidez que influenciam essa carteira. O propósito do teste de estresse é quantificar a perda de uma carteira caso uma situação adversa de mercado específica ocorra;
- **Plano de Contingência de Liquidez:** Procedimento de gestão a ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a definição de níveis inferiores ou no caso de falta de recursos e agravamento da crise no mercado financeiro.

H) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

- Limite de Colchão de Liquidez;
- Limites Bancários;
- Limites de Conta Corrente;
- Limite de concentração de vencimentos de *Funding*.

Em caso de excesso dos limites, a área de Gerenciamento de Riscos informa a Alta Administração e gera um alerta para a Tesouraria fazer o reenquadramento dos limites.

E) Processo

Os relatórios de monitoramento e controle do risco de liquidez são realizados diariamente pela área de BackOffice de Tesouraria com a supervisão da área de Risco. Adicionalmente, BackOffice de Tesouraria divulga semanalmente um relatório gerencial dos indicadores de risco de liquidez e reporta ao departamento de Tesouraria e para Alta Administração.

6.4 RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Esta definição inclui o risco legal definido como a possibilidade de perdas decorrentes de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e

controle, indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição, bem como perdas decorrentes de decisão ou precedentes desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

A Instituição considera os seguintes eventos de Risco Operacional:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades na Instituição.

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco operacional está alinhada às orientações do grupo Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências regulatórias.

A) Papéis e Responsabilidades

Gerenciamento de Risco – Risco Operacional:

- Elaboração, monitoramento e manutenção das políticas de risco operacional;
- Avaliação e mensuração de riscos operacionais em projetos, produtos e processos;
- Disseminar e promover a cultura de risco operacional por meio de treinamentos e campanhas internas;
- Promover reuniões e prover relatórios gerenciais sobre aspectos envolvendo riscos operacionais destinados à diretoria, ao Banco Central, à Volkswagen Financial Services AG e demais áreas envolvidas;
- Avaliar eventos classificando-os de acordo com a criticidade e avaliando a necessidade de ações corretivas pelas áreas de negócio e sua efetiva implementação;
- Capturar, validar e incluir perdas operacionais e registros específicos de perdas operacionais associadas a risco de crédito;
- Desenvolver metodologia de avaliação de impacto em processos críticos para efeito de continuidade de negócios (*Business Continuity Management – BCM*), bem como elaborar testes periódicos para verificação das estruturas de contingência, além de promover treinamentos e ações para disseminação da cultura de prevenção envolvendo pessoas, processos e terceiros;
- Definir Política de Gerenciamento de Fornecedores Relevantes.

Áreas de Negócios:

- Validar as matrizes de riscos e controles conforme cronograma de revisões;
- Reportar os eventos de risco operacional ao departamento de Riscos, de acordo com os padrões e prazos estabelecidos, ou sempre que necessário;
- Implementar os planos de ação para mitigação do risco operacional sob sua gestão;
- Monitorar e controlar os riscos operacionais de sua área;
- Reportar mensalmente as perdas de risco operacional ocorridas;
- Participar de treinamentos referentes ao risco operacional e BCM promovidos pela área de gerenciamento de riscos.

Contabilidade:

- Divulgar informações sobre a estrutura de gestão de risco operacional nas demonstrações financeiras;

- Realizar o cálculo da parcela de alocação de capital de Risco Operacional, de acordo com a Circular BACEN nº 3.640/13 (Abordagem Padronizada Alternativa).

Compliance, Integridade e Controles Internos:

A estrutura de Controles Internos tem como função estabelecer os conceitos, avaliar e monitorar o ambiente de controles internos das empresas que compõem o Conglomerado Prudencial, auxiliando as áreas envolvidas e a alta administração na identificação de erros e na prevenção e mitigação de seus efeitos, de acordo com o previsto nos relatórios de avaliação do ambiente de controles internos. As principais responsabilidades da área de Controles Internos são:

- Definir escopo e cronograma da revisão anual das matrizes de riscos, validando-os junto a área de Risco Operacional;
- Elaborar as matrizes de risco, identificando e documentando riscos e controles;
- Identificar, avaliar e testar os controles e classificá-los de acordo com sua relevância, tipo e frequência nas matrizes de risco;
- Acompanhar a implementação dos planos de ações e monitorar para mitigar os riscos;
- Submeter os planos de ação definidos baseado na avaliação dos controles à alta administração;
- Disseminar a cultura de gestão de controles internos e riscos para instituição;
- Elaborar o relatório relativo à Resolução do CMN nº 2.554/98, informando as deficiências de controles chave e ações para sua mitigação;
- Apoiar a elaboração do relatório relativo à Circular BACEN nº 3.467/09, informando a avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, elaborado como resultado do trabalho de Auditoria externa.

B) Metodologias

O gerenciamento de riscos operacionais é realizado por meio das seguintes metodologias:

- Entendimento dos processos executados na Instituição para o cumprimento de seus objetivos de negócio;
- Identificação, por meio da metodologia de Riscos Corporativos, dos riscos associados aos processos;
- Avaliação e qualificação dos riscos e controles operacionais em base periódica, contribuindo para determinar o impacto desses riscos e o grau de eficácia dos controles internos (vulnerabilidade);
- Definição e acompanhamento de planos de ação com o objetivo de diminuir e mitigar os riscos operacionais existentes;
- Definição e acompanhamento de Indicadores Chave de Riscos Operacionais (KRI) relacionados às classificações de riscos do BACEN;
- Estabelecimento de ações contingenciais para os riscos relevantes de descontinuidade dos negócios;
- Captura, tratamento e armazenamento dos eventos de risco operacional;
- Avaliação de risco dos prestadores de serviços classificados como Fornecedores Relevantes;
- Avaliação de riscos operacionais no desenvolvimento de novos produtos e projetos, e modificação de produtos existentes;
- Plano de Contingência e Plano de Recuperação de Desastres (DRP);
- Participação na aprovação de Novos Produtos ou alteração de produtos existentes por meio do procedimento *Product Transparency Process* (PTP).

Todas estas metodologias encontram-se apresentadas nas políticas e manuais associados à gestão de Risco Operacional e Controles Internos e também como plano de continuidade de negócios e todos os conceitos para esta gestão. Tais metodologias são condizentes com as melhores práticas, visando mitigar riscos operacionais, estando de acordo com as exigências regulatórias vigentes.

A área de Gerenciamento de Riscos dissemina a cultura de monitoramento dos riscos operacionais na Instituição junto aos empregados, por meio de treinamentos presenciais e eletrônicos, propagando assim a importância dos processos de gestão de Risco Operacional.

C) Normativas

Conjunto de políticas e manuais de processos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco do operacional.

6.5 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

O Plano de Continuidade de Negócios é o conjunto de diretrizes, papéis e responsabilidades sobre o processo de Gestão de Crise e de Continuidade de Negócios da Instituição, que tem por objetivo garantir a entrega de produtos e serviços aos clientes em níveis aceitáveis durante a contingência perante o mercado e órgãos reguladores, baseado nos conceitos de cadeia de valor e nos processos críticos definidos pela Instituição na Declaração de Apetite por Riscos.

Este processo de Gestão de Continuidade de Negócios está também alinhado às orientações do Grupo Volkswagen Financial Services AG e aos requerimentos regulatórios.

Em conformidade com os objetivos estratégicos da Instituição e também com as exigências regulatórias, foram estabelecidas políticas, estratégias que definem papéis e responsabilidades das áreas envolvidas, a fim de garantir que todas as etapas sejam cumpridas com eficiência.

6.6 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital visa apoiar o processo decisório nos negócios. O risco de capital consiste no risco de o Grupo não possuir capital suficiente para:

- Atingir o capital mínimo requerido pelo regulador no Brasil, uma vez que a autorização para operar como banco é dependente da manutenção adequada do nível de capital;
- Manter o *rating* da Instituição, pois uma mudança no *rating* pode alterar diretamente o custo de captação;
- Ter condições de atingir o crescimento e estratégias traçadas.

O Grupo implementou uma estrutura integrada para gerenciamento risco e de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar os riscos e o capital mantido, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Grupo está sujeito e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando seus objetivos estratégicos.

A estrutura organizacional baseia-se em três pilares básicos para assegurar o adequado gerenciamento de capital:

A). Reporte e Controle:

Nas atividades diárias, o controle está sob a responsabilidade da diretoria de Back Office e a apresentação de relatórios gerenciais é atribuída diretamente às áreas relacionadas ao Comitê de Riscos.

Este pilar é constituído pelas áreas sob a responsabilidade da diretoria de Back Office, tais como, Contabilidade, Controladoria, Assuntos Jurídicos, Tributário, *Compliance*, Integridade & Controles Internos e Tesouraria.

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo do Grupo e é monitorado regularmente em cenários de normalidade e estresse, de acordo com e as exigências do CMN e BACEN.

O plano de capital é avaliado pela administração de forma a sinalizar e propor ações, como um plano de contingência de capital, em caso de excesso ou insuficiência de capital para atingir os objetivos estratégicos do Grupo. Para assegurar que o nível de capital está adequado ao apetite por riscos da Instituição, é definido um colchão acima do índice de Basileia, com finalidade de garantir que, caso o índice de Basileia esteja abaixo do percentual regulatório, o Grupo tenha capacidade para novos negócios até que ocorra aporte de capital.

Adicionalmente, o Comitê Executivo e o Comitê de Riscos avaliam mensalmente os relatórios de monitoramento e controle de risco de capital, visando assegurar a sua adequação em relação à complexidade das operações, bem como atendimento aos requerimentos regulatórios.

B). Assurance:

Esse pilar tem como objetivo averiguar que as decisões da Instituição com relação às políticas aprovadas para o gerenciamento de capital estão sendo executadas de acordo com os procedimentos e controles desenhados pela Instituição, de forma a assegurar que a estrutura de processos internos é adequada ao porte e complexidade das operações. Para isso, o gerenciamento do capital é submetido à avaliação cíclica pelo departamento de Auditoria Interna e também às revisões e exames realizados pela Auditoria Externa. O escopo e o resultado do trabalho realizado pelas auditorias são apresentados à Diretoria e ao Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, avalia a efetividade das auditorias Externa e Interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Banco Volkswagen e suas empresas controladas, além de normas internas.

C). Normativas:

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento de capital. Dentre os documentos adotados, destaca-se a Política de Gerenciamento de Capital, a qual descreve, entre outros aspectos, a estrutura organizacional, os processos organizacionais e o plano de capital.

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

7. REQUERIMENTOS DE CAPITAL VIGENTES E HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO

Os requerimentos mínimos de capital do Grupo seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível, demonstrado pelo PR e o RWA.

Para fins de cálculo do requerimento mínimo de capital, deve ser apurado o montante total do RWA pela soma das parcelas aplicáveis ao Grupo, sendo os ativos ponderados pelos riscos de crédito e operacional, adicionalmente também, capital requerido para o risco de taxa de juros.

O requerimento mínimo do PR corresponde a um índice de 8,0% para o trimestre findo em 31 de março 2019, o qual foi decaindo gradualmente desde 2016, sendo 8,0% a partir de 2019. Em contrapartida, as normas do BACEN estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACP Conservação, ACP Contracíclico e ACP Sistemico. O ACP para o trimestre findo em 31 de março 2020 corresponde a 2,5%, o qual aumentou a exigência de capital ao longo do tempo, sendo 2,5% a partir de 2019.

Também foram redefinidos os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II.

A tabela abaixo apresenta o histórico de implantação das regras de Basileia III no Brasil, definido pelo BACEN.

Índice de Basileia exigidos	2015	2016	2017	2018	2019 - 03/2020
ACP conservação	0,000%	0,625%	1,250%	1,875%	2,500%
ACP contracíclico ⁽¹⁾	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%
ACP sistemico ⁽²⁾	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%
Adicional de Capital Principal (ACP)	0,000%	0,625%	1,250%	1,875%	2,500%
Capital Principal	4,500%	4,500%	4,500%	4,500%	4,500%
Capital Principal + ACP	4,500%	5,125%	5,750%	6,375%	7,000%
Capital Nível I	6,000%	6,000%	6,000%	6,000%	6,000%
Capital Nível I + ACP	6,000%	6,625%	7,250%	7,875%	8,500%
Patrimônio de Referência Total exigido	11,000%	9,875%	9,250%	8,625%	8,000%
Patrimônio de Referência Total exigido + ACP	11,000%	10,500%	10,500%	10,500%	10,500%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	40%	60%	80%	100%	100%

⁽¹⁾ Atualmente, conforme artigo 3º da Circular BACEN nº 3.769/15, o valor requerido para a parcela ACP Contracíclico é igual a zero para o Brasil e foi mantido através do comunicado Bacen nº 35.761 de 2 de junho de 2020.

⁽²⁾ Atualmente, conforme a Circular BACEN nº 3.768/15, o valor requerido para a parcela ACP Sistemico para o Grupo é igual a zero.

8. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela Instituição por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente.

O patrimônio de referência do Grupo está dividido em dois níveis:

- a) **Nível I:** composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como “Patrimônio líquido” no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis, e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, após regras descritas no art. 5º da Resolução do CMN nº 4.192/13.
- b) **Nível II:** Composto por instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Abaixo segue composição do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial, findo no trimestre:

	R\$ mil	
Apuração do Patrimônio de Referência (PR)	mar-20	dez-19
Patrimônio líquido	2.661.039	2.627.089
Ajustes prudenciais	(135.127)	(100.541)
Capital principal	2.525.912	2.526.548
Patrimônio de Referência - Nível I	2.525.912	2.526.548
Instrumentos de dívida subordinada	805.829	825.694
Patrimônio de Referência - Nível II	805.829	825.694
Total do Patrimônio de Referência (PR)	3.331.741	3.352.242

Abaixo segue a composição por prazo de vencimento das dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação, com resgate final no vencimento, custodiadas na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), cujo valor do Nível II do PR é:

	R\$ mil	
Vencimento	mar-20	dez-19
Superior a 5 anos	443.402	465.295
Entre 4 e 5 anos	194.453	156.091
Entre 3 a 4 anos	184.768	110.378
Entre 2 e 3 anos	163.430	67.489
Entre 1 e 2 anos	275.707	26.441
Total	1.261.760	825.694

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

A Instituição tem a aprovação, pelo BACEN, dos termos e condições dos contratos das Letras Financeiras Subordinadas para que possam compor o Nível II do PR. A Lei nº 12.838 (conversão da MP nº 608/13) dentre outros assuntos, determinou as alterações relacionadas à emissão de letras financeiras. Desta forma, alguns artigos da Lei nº 12.249/10 foram alterados para adequar às mudanças legislativas. Com o advento desta legislação, foi publicada a Resolução do CMN nº 4.192/13 que dispõe sobre a metodologia para apuração do PR.

Sendo assim, com o objetivo de atender às exigências determinadas por estes dispositivos e pela Resolução antes mencionada, a Instituição providenciou o aditamento aos contratos relacionados às Letras Financeiras Subordinadas. Este aditamento previu a inclusão de “Cláusulas Especiais do Núcleo de Subordinação” da Letra Financeira para constar, em síntese, os seguintes pontos:

- Data de vencimento e prazos;
- Condições que afastam a utilização da Letra Financeira para fins de compensação de débitos e créditos recíprocos;
- Condição de emissão sob a forma nominativa e escritural;
- Estabelecimento de regras para as hipóteses de recompra e/ou resgate;
- Suspensão do pagamento da remuneração estipulada, quando houver;
- Condições de extinção do direito de crédito representado pela Letra Financeira.

As normas editadas pelo CMN poderão estabelecer ordem de preferência no pagamento dos titulares da Letra Financeira de que trata o caput do art. 40 da Lei nº 12.249/10, de acordo com as características do título.

Todas as alterações acima elencadas foram elaboradas e incluídas no instrumento de Aditamento, sobretudo, para cumprimento dos requisitos previstos nos artigos 14 e 20 da Resolução do CMN nº 4.192/13, que tratam do núcleo de subordinação e dos instrumentos elegíveis ao Nível II. Mencionado Instrumento de Aditamento foi apresentado ao BACEN que, por meio do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF confirmou que os títulos aditados são elegíveis ao Nível II do PR nos termos da Resolução do CMN nº 4.192/13.

9. VISÃO GERAL DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) representam o patrimônio exigido das instituições financeiras para fazer frente às exposições inerentes aos riscos de suas atividades. O cálculo, baseado na regulamentação em vigor, alcança os registros nas contas ativas, passivas e de compensação. Sob a ótica do BACEN, as instituições devem manter, permanentemente um Patrimônio de Referência - PR compatível com os riscos.

A apuração do RWA aplicável para o Grupo, conforme Resolução do CMN nº 4.193/13 é no mínimo a soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{cpad} + RWA_{opad}$$

Onde:

RWA_{cpad} – exposição ao risco de crédito mediante abordagem padronizada e,

RWA_{opad} – cálculo do capital requerido para risco operacional mediante abordagem padronizada alternativa.

Além disso, o Grupo deve manter PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não classificadas como carteira de negociação, ou seja, a Carteira *Banking*.

Apresentamos na tabela abaixo a composição do RWA para cada uma das parcelas:

Ativos ponderados pelo risco (RWA)	R\$ mil	
	mar-20	dez-19
Risco de Crédito	17.168.489	17.302.454
Risco Operacional	1.176.363	1.157.766
RWA total	18.344.852	18.460.220
Total RWA x (8,0%)	1.467.588	1.476.818

NOTA: A tabela completa conforme requisitos da Circular 3.930/19 encontra-se no capítulo de Anexos - Tabela OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA).

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

10. INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS SOBRE O IRRBB

A mensuração e o controle do IRRBB utilizam as abordagens de valor econômico (Δ EVE) e de resultado de intermediação financeira (Δ NII).

A Instituição calcula seu nível mínimo requerido de Patrimônio de Referência para a cobertura do IRRBB utilizando o modelo-padrão definido pelas Circulares 3.876/18 e 3.938/19 do Banco Central.

Seguem dados mensurados para a data-base:

	Δ EVE	Δ NII
Cenário paralelo de alta	412.644	163.512
Cenário paralelo de baixa	-439.706	-169.799
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo	NA	
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo	NA	
Cenário steepener	NA	
Cenário flattener	NA	
Varição máxima	412.644	163.512
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	2.525.912	

11. REQUERIMENTOS PRUDENCIAIS

As informações quantitativas de requerimentos prudenciais, conforme requisitos da Circular 3.930/19 encontram-se no capítulo de Anexos - Tabela KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

11.1 ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP)

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.193/13 e pelas Circulares BACEN nº 3.768/15 e nº 3.769/15, desde o primeiro trimestre de 2016 entrou em vigor o Adicional de Capital Principal correspondente à soma das seguintes parcelas:

- ACP conservação, correspondente ao Adicional de Conservação de Capital Principal;
- ACP contracíclico, correspondente ao Adicional Contracíclico de Capital Principal;
- ACP sistêmico, correspondente ao Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal.

O valor detalhado de suas parcelas é apresentado a seguir:

	R\$ mil	
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA	mar-20	dez-19
Adicional de Conservação de Capital Principal	458.621	461.506
Adicional Contracíclico de Capital Principal	0	0
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal	0	0
ACP total	458.621	461.506

O Grupo possui a totalidade de suas exposições ao risco de crédito no Brasil, sendo que o ACP relativo ao Brasil é de 0% (zero por cento), como definido na Circular BACEN nº 3.769/15, mantido no comunicado nº 35.761 e, portanto, não há valor a ser considerado no ACP contracíclico.

A parcela ACP sistêmico aplicável ao Grupo é 0% (zero por cento), de acordo com a Circular BACEN nº 3.768/15, uma vez que a razão entre o valor da sua Exposição Total e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil é inferior a 10% (dez por cento).

11.2 ÍNDICE DE BASILEIA

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 10,5% entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 7,0% entre o capital principal e o RWA, e de 8,5% entre o nível I do PR e o RWA para o trimestre encerrado em 31 de março 2020.

O índice de Basileia do Grupo foi de 18,2% e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 13,77% em 31 de março de 2020.

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

12. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO

Com o objetivo de favorecer a melhor compreensão da carteira da Instituição, seguem informações relativas às exposições do risco de crédito. A exposição da carteira de crédito inclui as operações cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios.

R\$ mil

Qualidade Creditícia das Exposições	Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido
Concessão de crédito	738.557	17.401.811	849.793	17.290.575
Títulos de dívida	0	2.301.298	0	2.301.298
<i>dos quais: títulos soberanos nacionais</i>	0	2.301.298	0	2.301.298
<i>dos quais: outros títulos</i>	0	0	0	0
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	0	1.393.792	84	1.393.708
Total	738.557	21.096.901	849.877	20.985.581

R\$ mil

Mudanças no estoque de operações em curso anormal	Total
Valor das operações em curso anormal no final do período anterior	538.152
Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	311.432
Valor das operações reclassificadas para curso normal	-19.231
Valor da baixa contábil por prejuízo	-77.607
Outros ajustes	-14.189
Valor das operações em curso anormal no final do período corrente	738.557

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Valor Total das Exposições ao Risco de Crédito por Região

R\$ mil

Exposição Por Região Geográfica	mar-20	dez-19
Região Nordeste	2.806.808	2.814.646
Região Sudeste	8.388.833	8.756.662
Região Centro-Oeste	3.654.826	3.454.912
Região Sul	3.289.901	3.231.644
Total da Exposição	18.140.368	18.257.865

Exposições dos Dez Maiores Clientes

R\$ mil

Percentual de exposição dos 10 maiores clientes	mar-20	dez-19
Total de Exposição	18.140.368	18.257.865
Exposição 10 Maiores Clientes	1.095.020	1.417.311
% 10 maiores clientes	6%	8%

Exposições dos Cem Maiores Clientes

R\$ mil

Percentual de exposição dos 100 maiores clientes	mar-20	dez-19
Total de Exposição	18.140.368	18.257.865
Exposição 100 Maiores Clientes	3.485.868	3.948.301
% 100 maiores clientes	19%	22%

Exposições ao Risco de Crédito por Prazo Remanescente segregado por Tipo

R\$ mil

Exposição por prazo remanescente de vencimento	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
Até 6 meses	216.681	2.619.391
Acima de 6 meses até 1 ano	610.404	316.726
Acima de 1 ano até 5 anos	7.262.552	7.069.220
Acima de 5 anos	0	45.394
Total	8.089.637	10.050.731

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Exposições ao Risco de Crédito por Setor Econômico

R\$ mil

Setor econômico	mar-20	dez-19
Rural	61.430	62.044
Industria	840.975	799.703
Comércio	3.798.945	3.930.799
Intermediários Financeiros	22.087	16.228
Outros Serviços	5.170.472	5.368.744
Pessoa Física	8.089.637	7.941.499
Habitação	156.822	138.847
Total da Exposição	18.140.368	18.257.865

Exposições ao Risco de Crédito por Faixas de Prazo a Decorrer

R\$ mil

Atraso segmentado por Faixa	mar-20	dez-19
Atraso menor que 30 dias	2.262.934	1.453.614
Atraso entre 31 e 90 dias	554.451	451.746
Atraso entre 91 e 180 dias	319.332	315.755
Atraso entre 181 e 365 dias	419.225	222.397
Atraso acima de 365 dias	0	0
Total em atraso	3.555.942	2.443.513

Exposições ao Risco de Crédito das Operações Reestruturadas

R\$ mil

Operações Reestruturadas	mar-20	dez-19
Curso Normal	42.798	42.378
Curso Anormal	106.556	106.457
Total	149.354	148.834

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Montante das Operações em curso anormal, segmentado por Região Geográfica e setor econômico

R\$ mil

Região Geográfica	Atraso entre 91 a 180 dias	Atraso entre 181 a 360 dias	Total
Região Nordeste	110.383	159.360	269.743
Região Sudeste	97.741	118.695	216.436
Região Centro-Oeste	88.812	110.264	199.076
Região Sul	22.396	30.906	53.302
Total geral	319.332	419.225	738.557

Setor Econômico	Atraso entre 91 a 180 dias	Atraso entre 181 a 360 dias	Total
Rural	0	11	11
Industria	4.554	3.888	8.442
Comércio	29.189	38.308	67.497
Intermediários Financeiros	26	35	61
Outros Serviços	27.731	77.581	105.312
Pessoa Física	256.958	298.896	555.854
Habitação	874	506	1.380
Total geral	319.332	419.225	738.557

Movimentação de Provisão Para Devedores Duvidosos por Setor Econômico

Região Geográfica	Saldo inicial	Adição (reversão)	Baixas por utilização	Saldo Final
Região Nordeste	362.480	8.475	-107.649	263.306
Região Sudeste	290.532	49.829	-58.852	281.509
Região Centro-Oeste	296.114	11.694	-84.546	223.262
Região Sul	92.240	7.609	-18.133	81.716
Total	1.041.366	77.607	-269.180	849.793

Setor Econômico	Saldo inicial	Adição (reversão)	Baixas por utilização	Saldo Final
Rural	684	130	10	824
Industria	23.435	1.235	-3.205	21.465
Comércio	134.558	11.254	-9.415	136.397
Intermediários Financeiros	101	42	-26	117
Outros Serviços	175.625	25.817	-12.682	188.760
Pessoa Física	703.760	39.036	-243.085	499.711
Habitação	3.203	93	-777	2.519
Total	1.041.366	77.607	-269.180	849.793

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

13. INFORMAÇÕES SOBRE O GERENCIAMENTO DE RISCOS DAS EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

Na escala global, a securitização de recebíveis é uma ferramenta estratégica para a diversificação de estrutura de capital da Volkswagen Financial Services AG (VWFS AG). Por meio do Programa *Driver* iniciado em 2004, a VWFS AG transfere os direitos creditórios a um Fundo de Investimento (ou *Trust*) que, por sua vez, torna-se o responsável legal pelos recebíveis adquiridos.

A Instituição possui fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) em linha com a estratégia de diversificação da Matriz: *Driver Brasil Four*. Os regulamentos dos produtos encontram-se disponíveis em domínio público (site CVM), onde é possível obter mais detalhes sobre o critério de elegibilidade dos recebíveis.

No 3º trimestre de 2019, a Instituição realizou cessão de crédito na modalidade “CDC” para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas, cujo montante em 31 de março de 2020 é de R\$ 82.338.

Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas nas demonstrações financeiras da Instituição individual na categoria “com retenção substancial dos riscos e benefícios”. O ativo cedido foi registrado na rubrica específica de operações de crédito vinculadas a cessão, e o passivo assumido foi registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão. Para cada operação, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente, e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

Os valores presentes à época são:

R\$ mil

Descrição	Período	Ativo	Passivo
Driver Brasil Four Banco Volkswagen	3º trimestre/19	1.013.228	1.096.807
FIDC Financiamento de Veículos			
Total		1.013.228	1.096.807

Apresentamos a seguir o saldo ativo das exposições cedidas com coobrigação, com retenção substancial dos riscos e benefícios:

R\$ mil

Descrição	mar-20	dez-19
Driver Brasil Four Banco Volkswagen	573.303	706.422
FIDC Financiamento de Veículos		
Total	573.303	706.422

14. POLITICA DE REMUNERAÇÃO

O pagamento da remuneração variável efetuar-se-á em espécie, tendo em vista que a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA é uma Sociedade Anônima de capital fechado e não emite ações ou instrumentos baseados em ações para pagamento de remuneração.

O efetivo pagamento deve ser diferido da seguinte forma:

A. O valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor final aprovado da remuneração variável será pago com base nos resultados do período.

B. O saldo, equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor final aprovado da remuneração variável, será diferido para pagamento futuro pelo período de 3 (três) anos em parcelas proporcionais.

14.1. No caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo durante o período de diferimento, as parcelas ainda não pagas devem ser revertidas proporcionalmente à redução no resultado, sendo o cálculo efetuado sobre o componente Company Bonus.

14.2. No caso de aumento do lucro no ano (retomada de ganhos) para fins de pagamento de bônus, deve ser efetuada a mesma comparação entre o último ano e o ano de origem, de forma a possibilitar a recomposição de parte do bônus diferido que fora anteriormente reduzido. Logicamente, o limite de tal recomposição é o seu valor original.

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

15. ANEXOS

Tabelas conforme definições da Circular nº 3.930/19 aplicáveis ao 1º trimestre de 2020:

Tabela OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

R\$ mil

		RWA		Requerimento mínimo de PR
		mar-20	dez-19	mar-20
0	Risco de Crédito -tratamento mediante abordagem padronizada	17.168.489	17.302.454	1.373.479
2	Risco de crédito em sentido estrito	16.491.203	16.631.714	1.319.296
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	7.516	7.212	601
7	Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	0	0	0
7a	Do qual: mediante uso da abordagem CEM	0	0	0
9	Do qual: mediante demais abordagens	0	0	0
10	Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	8.899	10.884	712
12	Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	0	0	0
13	Cotas de fundos não consolidados -ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	0	0	0
14	Cotas de fundos não consolidados -ativos subjacentes não identificados	0	0	0
16	Exposições de securitização -requerimento calculado mediante abordagem padronizada	0	0	0
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	660.871	652.644	52.870
20	Risco de mercado	0	0	0
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAmint))	0	0	0
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno ((RWAmint))	0	0	0
24	Risco operacional	1.176.363	1.157.766	94.109
27	Total (2+6+10+12+13+14+16+25+20+24)	18.344.852	18.460.220	1.467.588

Comentários

RWAcpad - Apresentou uma pequena queda nos saldos devido a uma diminuição nas exposições de operações de crédito.

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Tabela KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

		R\$ mil				
		mar-20	dez-19	set-19	jun-19	mar-19
Capital regulamentar - valores						
1	Capital Principal	2.525.911	2.526.548	2.956.099	2.816.130	2.667.022
2	Nível I	2.525.911	2.526.548	2.956.099	2.816.130	2.667.022
3	Patrimônio de Referência (PR)	3.331.741	3.352.242	3.821.012	3.687.687	3.551.785
3b	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	0	0	0	0	0
3c	Destaque do PR	0	0	0	0	0
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores						
4	RWA total	18.344.852	18.460.220	17.184.327	15.825.196	14.910.922
Capital regulamentar como proporção do RWA						
5	Índice de Capital Principal (ICP)	13,77	13,69	17,20	17,80	17,89
6	Índice de Nível 1 (%)	13,77	13,69	17,20	17,80	17,89
7	Índice de Basileia	18,16	18,16	22,24	23,30	23,82
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA						
8	Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP Conservação (%)	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP Contracíclico (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP Sistêmico (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	ACP total (%)	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
12	Margem excedente de Capital Principal (%)	5,77	5,69	9,20	9,80	9,89
Razão de Alavancagem (RA)						
13	Exposição total	23.934.485	21.552.886	19.835.106	17.903.962	17.146.269
14	RA (%)	10,6	11,7	14,9	15,7	15,6
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	-	-	-	-	-
16	Total de saídas líquidas de caixa	-	-	-	-	-
17	LCR (%)	-	-	-	-	-
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	-	-	-	-	-
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	-	-	-	-	-
20	NSFR (%)	-	-	-	-	-

Comentários

O Índice de Basileia se manteve estável em relação ao trimestre anterior. Cabe destacar que, a partir de 01/04/2020, os capitais mínimos requeridos passam a ser de 7,25% para o Capital Nível I e de 5,75% para o Capital Principal, conforme a Resolução nº 4.783/20.

VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Tabela MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

	Fatores de risco	RWAMPAD
1	Taxas de juros	-
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real(RWAJUR1)	-
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	-
1c	Taxas dos cupons de índices de preço(RWAJUR3)	-
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros(RWAJUR4)	-
2	Preços de ações(RWAACS)	-
3	Taxas de câmbio(RWACAM)	-
4	Preços de mercadorias (commodities)(RWACOM)	-
9	Total	-

NOTA: Tipo de risco não aplicável ao Conglomerado